

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BÁRBARA STEINSTRASSER SILVA**

**RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DIVULGADO POR UMA COOPERATIVA DE**  
**CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS COMPARADO ÀS**  
**PRERROGATIVAS ESTABELECIDAS NA NBC T 15**

**DOURADOS/MS**

**2013**

BÁRBARA STEINSTRASSER SILVA

**RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DIVULGADO POR UMA COOPERATIVA DE  
CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS COMPARADO ÀS  
PRERROGATIVAS ESTABELECIDAS NA NBC T 15**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Erlaine Binotto

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup>. Me. Cristiane Mallmann Huppés

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Adriana Rochas de Carvalho

F. Moreira

DOURADOS/MS

2013

RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DIVULGADO POR UMA COOPERATIVA DE  
CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS COMPARADO ÀS  
PRERROGATIVAS ESTABELECIDAS NA NBC T 15

BÁRBARA STEINSTRASSER SILVA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na disciplina de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Erlaine Binotto

Cristiane Mallmann Huppés

Adriana Rochas de Carvalho F. Moreira

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela minha vida, sabedoria e forças para lutar e conseguir superar todos os obstáculos que apareceram durante esta caminhada em busca dos meus objetivos profissionais e pessoais.

Em segundo lugar, aos meus pais que sempre incentivaram e deram força, acreditaram em mim, na minha capacidade e jamais permitiram que eu desistisse.

Agradeço ao meu namorado que me apoiou até o final deste curso e pela compreensão nos momentos de ausência.

A professora e orientadora Erlaine Binotto, pela disponibilidade e pelas orientações que contribuíram de forma decisiva para conclusão deste curso.

A todos os professores que contribuíram de forma fundamental em meus conhecimentos, em especial aos professores Emanuel Lima, Juarez Alvez e Maria Aparecida Nogueira, e pela disponibilidade e atenção à Cristiane Huppel que é coordenadora do curso e avaliadora deste trabalho, onde também ajudou muito com suas orientações.

Por fim, agradeço a todos que acreditaram em mim e contribuíram na construção deste trabalho de forma direta ou indireta.

## **RESUMO**

Com base na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica, NBC T 15, aprovada pela Resolução do CFC nº. 1.003/04, que normatiza os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, o estudo objetivou analisar a adequação das informações de natureza social e ambiental (NBC T 15) divulgada pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados, no período de 2012. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental. Analisou-se o relatório anual de sustentabilidade no período de 2012 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados, na perspectiva da NBC T 15. Os resultados da pesquisa mostraram que, quando analisada a categorização da evidenciação social e ambiental da Cooperativa de Crédito, podendo ela ser de forma completa (IC), incompleta (II) ou ausente (IA), a última categoria predominou, sendo que das 48 informações analisadas, constaram-se 12 informações evidenciadas de forma completa, 15 informações de forma incompleta e 21 informações ausentes. Concluiu-se, em relação ao nível de adequação da evidenciação social às recomendações da NBC T 15, com base na análise do relatório anual de sustentabilidade no período de 2012, que a Cooperativa de Crédito classificou-se como regular.

Palavras-chave: NBC T 15; Relatório de Sustentabilidade; Cooperativas de Crédito.

## **ABSTRACT**

Based on Brazilian Standard Technical accounting, NBC T 15, approved by CFC resolution No. 1,003/04, standardizes procedures for information disclosure of social and environmental nature, the study aimed to analyze the adequacy of the social and environmental information (NBC T 15) disclosed by the Credit Union of Free admission of members, in the period from 2012. To this end, a documentary research. Annual report examined the period 2012 sustainability of credit cooperative of Free admission of Associates, in the perspective of NBC T 15. The survey results showed that, when parsed the categorization of social and environmental disclosure of Credit Union and may she be so complete (IC), incomplete (II) or absent (IA), the latter category predominated, and the information analyzed, 48-12 highlighted information consisted of complete form, 15 information incompletely and 21 missing information. It is concluded, in relation to the adequacy of social recommendations of evidencing NBC T 15, based on the analysis of the annual report of sustainability in 2012 period, the Credit Union was classified as regular.

Keywords: NBC T 15; Sustainability report; Credit Union.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 OBJETIVOS .....	10
<b>1.1.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>10</b>
1.2 JUSTIFICATIVA .....	10
<b>2 REVISÃO TEÓRICA .....</b>	<b>12</b>
2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	12
2.2 HISTÓRIA E EVIDENCIAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL .....	15
2.3 NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA 15 .....	20
2.4 COOPERATIVAS .....	23
2.5 COOPERATIVA DE CRÉDITO .....	27
2.6 PESQUISAS ACADÊMICAS EM ESTUDOS DESSA NATUREZA .....	31
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA .....	34
3.2 COLETA DE DADOS .....	34
3.3 TRATAMENTO DOS DADOS .....	34
<b>4 RESULTADO E DISCUSSÕES.....</b>	<b>36</b>
4.1 GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA .....	36
4.2 GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA - RECURSOS HUMANOS.....	36
4.3 COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS .....	37
4.4 AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS PELOS EMPREGADOS CONTRA A ENTIDADE .....	39
4.5 INFORMAÇÕES RELATIVAS À INTERAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO .....	39
4.6 INFORMAÇÕES RELATIVAS À INTERAÇÃO COM OS CLIENTES .....	40
4.7 INFORMAÇÕES RELATIVAS À INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE .....	41
4.8 RESUMO DAS INFORMAÇÕES COMPLETAS .....	42
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE A – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS.....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE B – INFORMAÇÕES RETIRADAS DO RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO A - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Após um longo tempo, especificamente nos últimos anos do século XX, grande parte do mundo passou a se preocupar com as questões sociais e ambientais. Deste modo, as instituições passaram a ser cobradas quanto aos atos desenvolvidos sobre a preservação com o meio ambiente, como também, sobre as ações internas e externas para com os seus colaboradores (KRUGER *et al.*, 2011).

De acordo com Parsa e Kouhy (2001), citados por Beuren *et al.* (2009), não é somente a evidenciação econômico-financeira como os resultados positivos, os fins lucrativos, o crescimento da organização e no mercado de trabalho, que as empresas devem se atentar para demonstrar. Hoje, no cenário mercantil, apresentar as ações sociais pode ser um diferencial e se obter uma vantajosa relevância, visto que este entendimento entre a organização e a sociedade em geral faz a empresa ser vista com transparência, fortalecendo a sua imagem institucional.

Por meio da divulgação das informações financeiras, econômicas, patrimoniais e também das informações de natureza social e ambiental, todos poderão sair beneficiados de informações complementares para assim analisar a conduta da organização (BEUREN *et al.*, 2009). Porém as empresas precisam ter ciência de qual é a melhor forma de agir e evidenciar essas ações sociais e ambientais, ou seja, seus métodos ambientais devem ser projetados, procurando agirem de forma ecologicamente sensata, com cuidado e atenção para não passarem uma imagem negativa à sociedade, como se tivessem prejudicando o meio ambiente ao invés de ajudar. Quanto aos métodos sociais, que também são vistos pela sociedade, devem demonstrar desde a parte de recursos humanos até a valorização dos colaboradores. Além daqueles atos sociais que estão fora das obrigações fiscais e tributárias (KRUGER; SCHUSSLER; ALBERTON, 2011).

Como empenho social e ambiental, as empresas precisam demonstrar suas ações, visto a existência da normativa NBC T 15 que estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade (COELHO, 2004).

Estudos acerca da evidenciação social e ambiental em demonstrativos contábeis vêm crescendo. Alguns deles são mencionados aqui, como o de Beuren *et al.* (2009) que estudaram a evidenciação da NBC T 15 nas empresas de capital aberto, com o objetivo de verificar a evidenciação social no relatório da administração e nas notas explicativas, comparando com o



que a NBC T 15 recomenda. Desta maneira, concluíram que das 23 empresas de capital aberto, há dominação da classificação regular.

Vieira e Faria (2007), visando verificar se as maiores empresas por faturamento no segmento de alimentos e bebidas da economia brasileira evidenciam de maneira adequada, informações de responsabilidade social, selecionaram 14 empresas, as que publicaram suas demonstrações contábeis em 2005, para compor a amostra. Empresas estas que estão destacadas como as maiores por faturamento entre a 1ª e a 500ª posição no *ranking* da Revista Exame Melhores e Maiores do ano de 2006. Sendo assim, concluíram que cinco empresas mostraram um péssimo conceito; quatro apresentaram ótimo desempenho na evidenciação de suas informações de responsabilidade social; e outras se apresentaram de forma boa ou regular.

Observa-se que nos dois estudos expostos são apontadas falhas na evidenciação das informações de natureza social e ambiental.

Além das discussões acerca do tema, muito tem se ouvido falar em responsabilidade socioambiental, que segundo Oliveira e Silva (2013), ela enfoca um acordo ético que a empresa possui diante de seus funcionários, clientes, fornecedores e a sociedade em geral, procurando sempre respeitar os direitos humanos, buscando uma melhoria na qualidade de vida e cuidando do meio ambiente, causando assim crescimento econômico, concorrência e veracidade.

Responsabilidade Social é um dos sete princípios do cooperativismo, demonstrado em interesse pela comunidade, de acordo com a CAPAL - Cooperativa Agropecuária de Araxá. Nesse sentido, de acordo com Tachizawa (2007, p. 314), a Lei nº 5.764/71 define que “Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

As cooperativas são organizadas por pessoas que se associam por vontade própria, em busca de um objetivo. As atividades que elas desenvolvem, em diversos tipos são: de serviços comunitários; de consumo; de trabalho; agropecuários e agroindustriais; de mineração; habitacionais; de produção; educacionais; de crédito (TACHIZAWA, 2007).

Diante do exposto e pela carência de estudos acadêmicos em relação à adequação da NBC T 15 em cooperativas de crédito, formulou-se a seguinte questão-pesquisa: Existe adequação das informações de natureza social e ambiental pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados, à luz da NBC T 15, no período de 2012?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar se há adequação das informações de natureza social e ambiental (NBC T 15) divulgada pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados, no período de 2012.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Levando em consideração a questão de pesquisa e o objetivo geral do estudo, elaboraram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar os relatórios da cooperativa no que se refere a NBC T 15, que normatiza as informações de natureza social e ambiental; e
- b) Apresentar sugestões de como as informações sociais e ambientais podem ter valor competitivo.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Justifica-se esse estudo na Cooperativa de Crédito pela necessidade das organizações apresentarem a responsabilidade social e ambiental para a sociedade, de forma transparente e consistente, comprometendo-se com normativos impostos, além de um conceito de que são:

Instituições financeiras cujas características jurídicas e socioeconômicas, decorrentes do cooperativismo, diferenciam-se das demais instituições financeiras, tanto pelos seus objetivos de prestar serviços sem fins lucrativos, quanto pelo fato de ser-lhes específicas e operar exclusivamente com seus associados (AGUILAR et al., 2009, p. 12).

Ainda, considera-se relevante este estudo, em consequência da importância dos relatórios anuais das empresas como fonte de divulgação de informações sociais e ambientais, bem como a carência das evidências sobre o proveito e adequação de tais informações, na perspectiva do usuário.

A realização deste trabalho constitui em uma proposta de investigação sobre o tema para servir de base a novas pesquisas sobre o assunto e devido à escassez de estudos que demonstrem a evidenciação completa das informações sociais e ambientais na maioria das empresas, inclusive em Cooperativas de Crédito. Sendo assim, serão analisadas suas ações sociais e ambientais, excepcionalmente no seu Relatório Socioambiental para obter o

conhecimento de que ela está ou não evidenciando de maneira adequada as informações de responsabilidade social conforme dispõe a NBC T 15.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

Nesta seção aborda-se a questão da responsabilidade social, a história e evidência do Balanço Social, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T 15 que normatiza as Informações de Natureza Social e Ambiental, Cooperativas e especificamente Cooperativas de Crédito.

### 2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social apresenta vários conceitos, tanto complexos como dinâmicos e com uma diversidade de significados em situações diferentes. Para Santolin (2005), citado por Silveira *et al.* (2011, p. 57) não há uma definição concreta:

Responsabilidade social para uns está associada à responsabilidade legal, enquanto para outros, pode significar um comportamento socialmente responsável no sentido ético; ou ainda, pode transmitir a ideia de contribuição voluntária e associação a uma causa específica. Está relacionada à sociedade na qual está inserida e em que tempo, tornando-se, portanto, dinâmica, ou seja, mudanças temporais e variando de acordo com cada sociedade.

O conceito teórico de responsabilidade social surgiu na década de 50, nos Estados Unidos e na Europa. A apreensão dos que pesquisavam naquela década, era com a exagerada autonomia dos mercados e o domínio dos mesmos na sociedade, sem a carecida responsabilidade pelas consequências contrárias de suas atividades, como por exemplo, a degradação ambiental, a exploração do trabalho, a concorrência desleal, entre outras. Para equilibrar esses momentos negativos do desempenho das instituições, os empresários começaram a se envolver em ações sociais para favorecer a comunidade, fora do campo dos interesses das empresas, como um comprometimento ético (BORGES, 2001).

Por causa dessa crescente degradação ambiental, as empresas acabam se vendo obrigadas a vincular aos objetivos de alcance dos lucros a responsabilidade social, visto que a própria responsabilidade social envolve o bem-estar da sociedade em geral em sua integridade (TINOCO; KRAEMER, 2008).

E neste contexto, continua a contradição a propósito da adequada explicação e empregabilidade do termo responsabilidade social. Todavia, dentre diversas significações a que melhor se aplica de acordo com Mendonça (2001, p. 2) é a estabelecida pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que a especifica da seguinte forma:

Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A

empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

É o mesmo entendimento de Toldo (2002, p. 84) ao considerar que:

São estratégias pensadas para orientar as ações das empresas em consonância com as necessidades sociais, de modo que a empresa garanta, além do lucro e da satisfação de seus clientes, o bem estar da sociedade. A empresa está inserida nela e seus negócios dependerão de seu desenvolvimento e, portanto, esse envolvimento deverá ser duradouro. É um comprometimento.

A responsabilidade social nas empresas apresenta duas dimensões, a interna e a externa, tanto uma quanto a outra são importantes, devendo estar interligadas. Na dimensão interna incluem as práticas referentes aos trabalhadores, investimentos em recursos humanos, saúde e segurança do trabalho, a gestão produtiva. Como também todas as ações e programas conduzidos aos fornecedores, enfim aos integrantes da cadeia produtivas. Na dimensão externa, inclui as comunidades, consumidores e o meio ambiente, como as ações e programas que não se encontram relacionados inteiramente com a empresa (DIAS, 2010).

Existem várias normas, umas que privilegiam os resultados, outras obrigatórias, outras voluntárias e as que envolvem a questão da responsabilidade social, essa é a norma Responsabilidade Social 8000 (S.A 8000), elaborada pela *Social Accountability International* (SAI), existente desde 1997. Ela enfoca na garantia de qualidade, na valorização do bem-estar dos colaboradores e no benefício das condições de trabalho, além da posição da imagem da empresa. No Brasil, no final de 2004, foi lançada a norma não obrigatória NBR 16001 empregada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Ela estabelece se a empresa colabora com o Meio ambiente, com a comunidade, com o ambiente de trabalho, entre outros (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Dessa maneira, a abrangência da responsabilidade social implica no novo papel da empresa dentro da sociedade, indo além do seu campo de mercado econômico. A empresa acaba sendo vista cada dia mais como um sistema social em que ampliam relações distintas, além de especificamente financeiras e econômicas. Nessa nova percepção, a empresa atenta-se que não devem dirigir-se apenas as atividades lucrativas, no entanto no conceito que ela obtém na sociedade como um todo (DIAS, 2010).

No âmbito ambiental, a consciência empresarial tem sido originada pelo Poder Público, pelos consumidores e muitas vezes pela possibilidade de aprimorar sua imagem junto ao mercado, o que pode resultar em um crescimento de seus benefícios. Desse modo, as preocupações ambientais juntamente com as exigências legais da sociedade, muitas empresas

estão buscando assumir maior responsabilidade ecológica (DIAS, 2010).

A mudança de atitudes deve levar em consideração alguns aspectos. Segundo Dias (2010, p. 156) é possível começar essa mudança pelos seguintes itens:

- Implantar um sistema de gestão ambiental;
- Proceder a modificações no processo produtivo, substituindo os produtos tóxicos ou nocivos por menos prejudiciais;
- Estabelecer um programa de redução de emissões poluentes;
- Estabelecer programas de formação e informação ambiental para o quadro de pessoal da organização;
- Criar um setor responsável, prioritariamente, com a questão ambiental na organização;
- Elaborar códigos de conduta de respeito ao meio ambiente;
- Participar ativamente das campanhas educativas e de prevenção organizadas pelos governos em todos os níveis (municipal, estadual e nacional), e daquelas promovidas pelas entidades representativas do seu setor produtivo;
- Recuperar e reciclar os seus produtos e subprodutos;
- Promover e incentivar a pesquisa de novas tecnologias e novos produtos que não prejudiquem o meio ambiente.
- Diminuir o consumo de matérias-primas, água e energia;
- Diminuir a produção de resíduos (por exemplo, adotando tecnologias limpas de produção) e, nos casos em que se mantêm assegurar que tenham um tratamento correto.

A responsabilidade ambiental está inserida dentro da responsabilidade social. Quando se discute responsabilidade socioambiental, esta deve ser apreendida como um conjunto de ações desempenhadas além das exigências legais, assumindo uma forma de gestão superior, onde a instituição é vista como um agente responsável no contexto social e ambiental (DIAS, 2010).

Assim sendo, conforme Dias (2010, p. 155):

Os empresários estão se conscientizando de que a empresa não é somente uma unidade de produção e distribuição de bens e serviços que atendem a determinadas necessidades da sociedade, mas que deve atuar de acordo com uma responsabilidade social que se concretiza no respeito aos direitos humanos, na melhoria da qualidade de vida da comunidade e da sociedade mais geral e na preservação do ambiente natural.

Esse papel das instituições de assumir maior responsabilidade social, onde se abrange a perspectiva ambiental, aos poucos está mudando. Um exemplo do maior papel assumido pelas empresas em termos de responsabilidade socioambiental foi:

O esforço unificado empreendido por 1250 indústrias instaladas ao longo do rio Tietê em São Paulo, com o objetivo de desenvolver um trabalho de despoluição de suas águas. O resultado, hoje, é que a poluição desse rio está mais ligada a esgotos domésticos, invertendo-se uma situação em que as empresas eram as principais responsáveis (SIMANSKI, 2005, p. 1).

De acordo com Roberto Gonzalez, citado por Tinoco e Kraemer (2008, p. 30), segundo uma pesquisa realizada pela ABAMEC-SP: “84% dos analistas levam em

consideração a informação de natureza social em mais da metade de suas avaliações. Cerca de 85% dos profissionais que atuam no mercado consideraram que a análise da ação social interna é primordial no momento de avaliar uma companhia”.

Contudo, além da importância da responsabilidade social, está a divulgação dessas informações sociais e ambientais. A Contabilidade é o principal sistema de informações da empresa, sendo assim foi definida por Tinoco e Kraemer (2008, p. 24) como:

A contabilidade é objetivamente um sistema de mensuração, avaliação e divulgação, centrado nos usuários da informação, destinado a prove-los (os usuários) com demonstrações contábeis e outros meios de transparência, permitindo-lhes análises de natureza econômica, financeira, social, ambiental e de produtividade das empresas (entidade de caráter geral).

Para Beuren *et al.* (2010), a decisão de quanto e quais informações podem ser disponibilizadas nos demonstrativos contábeis consiste num desafio para as empresas diante de uma sociedade mais questionadora sobre as questões ambientais e sociais relacionadas direta e indiretamente com os seus interesses.

## 2.2 HISTÓRIA E EVIDENCIAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

Empresa que compete com o seu papel social pode se destacar no mercado, atraindo mais consumistas e assim investindo na sociedade e no seu próprio futuro. O que ocorre é que o mercado está cada vez mais exigentes influenciados pela globalização, por uma sociedade mais consciente e por investidores mais contestáveis e bem preparados, desse modo, acabam fazendo com que as instituições evidenciem com mais transparência e qualidade, publicando aspectos quantitativos, como ao mesmo tempo aspectos qualitativos (KROETZ, 2000).

Em meados dos anos 60 do século XX, observou-se uma necessidade por maiores informações. A mesma surgiu por parte dos empregados que trabalhavam nas grandes empresas e averiguaram que essas multinacionais cresciam e ganhavam cada vez mais com os lucros, enquanto a situação deles, muitas vezes era precária, salários baixos, cargas de horas trabalhadas que extrapolava o limite, além de não terem ciência e muito menos acesso as informações contábeis que continham no resultado o desempenho deles. Assim, passaram a exigir que as entidades fornecessem as informações sociais (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Conforme o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), foi a partir da década de 70, particularmente na França, Alemanha e Inglaterra que concretizou-se a necessidade de divulgação dos balanços ou relatórios sociais. Um marco na história dos balanços sociais foi quando a empresa SINGER, da França, lançou o primeiro Balanço Social

da historia das empresas. Foi também a França que, legislou sobre a obrigatoriedade da realização de Balanços Sociais para todas as empresas com mais de 700 funcionários, logo este número baixou para 300 funcionários.

No principio, o Balanço Social era visto de uma forma mais restrita, abordando mais aspectos envolvidos a força de trabalho empregada à empresa. Porém, com o decorrer do tempo, passou a ser visto como elemento de responsabilidade social da empresa e começou a apresentar aspectos respectivos à interação da empresa com o meio ambiente (RIBEIRO, 1998).

No Brasil, a necessidade de publicação das informações sociais e ambientais é recente. De acordo com o IBASE, a mudança de comportamento empresarial ocorreu na década de 60, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil. Na década de 80 e 90, apareceram alguns registros acadêmicos, na USP, que marcou o inicio da pesquisa desse tipo de informação. Entretanto, foi só a partir do início dos anos 90 é que algumas empresas passaram a se conscientizar da importância desta questão e começaram a divulgar ordenadamente suas ações em balanços e relatórios sociais, devido ao sociólogo Herbert de Souza, Betinho que lutou para implantar o Balanço Social à sociedade brasileira.

É possível citar algumas instituições que compreenderam a ideia de Betinho: ABRIL S.A, Azaléia S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Eletrobrás, Embrapa, Rede Globo de Televisão, Serasa, entre outras (KROETZ, 2000).

Por se tratar de uma tendência em escala crescente, encontravam-se estudos no âmbito federal, segundo Kroetz (2000, p. 60):

(a) no Senado Federal, projeto de Lei do Senado nº 117, de 1996, que faz menção de tornar obrigatória a publicação do Balanço social para as entidades que já são obrigadas a divulgar seu Balanço Patrimonial; e (b) o Projeto de Lei (PL) nº 3.116/97, no Congresso Nacional, pelo qual se pretendia estabelecer a obrigatoriedade para as entidades publicas de modo geral e as empresas privadas com mais de cem empregados da publicação do Balanço social.

De acordo com Ribeiro e Cunha (2008) a divulgação do Balanço Social no Brasil não é obrigatória, depende da administração querer publica-lo e dos prós e contras advindos dessa publicação.

Relatório de Sustentabilidade Empresarial, Balanço Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Social-Ambiental são outras denominações utilizadas pelas organizações, estudiosos e acadêmicos para indicar o material informativo sobre a situação da organização em relação a questões sociais e ambientais (OLIVEIRA, 2008). A Cooperativa de Crédito estudada nomeia de Relatório de Sustentabilidade.



Tinoco e Kraemer (2008, p.87) definem o Balanço Social como “um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”.

Ribeiro e Lisboa citados por Cunha (2002, p. 15), ressaltam que o Balanço Social é um conjunto de informações com o objetivo de trazer o estado em que se encontra a empresa em relação à sociedade:

O Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente.

Nota-se que os conceitos de Balanço Social, não são exclusivamente um instrumento para exibir o desempenho social da organização, entretanto o desempenho econômico e a sua afinidade com a sociedade e com o ambiente interno e externo (MACHADO, 2010). Taylor, citado por Machado (2010, p. 38) possui a seguinte opinião em relação ao Balanço Social:

O Balanço Social não é, nem pode ser um meio de dar publicidade ao fato de sermos muito bons no aspecto social. É um meio para verificar, realmente, como somos, objetiva e desapaixonadamente, por meio de uma avaliação asséptica dos resultados que vamos obtendo no campo social.

O IBASE adota como a principal função do balanço social tornar público as ações sociais da empresa. No entanto, a sociedade só terá acesso às informações se as empresas estiverem comprometidas com a transparência e veracidade de sua circunstância. Apresenta-se como função comum do Balanço social para Kroetz (2000, p.61):

Compreender a atuação social da entidade, objetivando uma melhora contínua e não simplesmente transformá-lo em mais um serviço de divulgação. Antes de ser uma obrigação, o Balanço Social é um instrumento de apoio a gestão, pelo qual se mostra a face interna e externa da organização, o que permite sua avaliação, sua análise e os ajustamentos necessários.

A elaboração e a divulgação do Balanço Social, de acordo com Tinoco e Kraemer (2008) dependem de três departamentos: o de recursos humanos, o da contabilidade e o de sistemas de informações. O RH abrange os colaboradores desde sua seleção, admissão, remuneração, até o seu desligamento; o departamento contábil envolve-se com os dados administrativos, financeiros, mensurações contábeis, econômicas e sociais e o sistema de informações promovem a divulgação dessas informações de forma hábil para a empresa e outros usuários externos. Sua elaboração apoia as empresas a organizar e a informar as

informações sobre os desafios da tática socioambiental e a ética das operações. Em síntese, sobre a publicação do Balanço Social, segundo o Instituto Ethos (2013), é o seguinte:

A publicação de um balanço social oferece uma proposta de diálogo com os diferentes públicos envolvidos no negócio da empresa que o adota: público interno, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, meio ambiente, governo e sociedade. A proposta é de que o relatório contenha informações sobre o perfil do empreendimento, histórico da empresa, seus princípios e valores, governança corporativa, diálogo com partes interessadas e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.

Para Ribeiro (1998, p. 31), o Balanço Social no sentido mais amplo, precisa refletir a completa responsabilidade social da empresa para com a sociedade, com informações sobre:

O Valor Adicionado pela empresa à economia e a sociedade;  
 A gestão de recursos humanos: benefícios proporcionados à mão de obra empregada;  
 Sua interação com o meio ambiente: impactos e benefícios de suas atividades sobre o meio natural, bem como os efeitos negativos deste meio sobre seu patrimônio.

Observando os dados evidenciados no Balanço social, estes servirão aos seguintes usuários: colaboradores, acionistas, diretores e administradores, fornecedores, clientes, sociedade, governo, estudiosos, concorrentes e sindicatos (KROETZ, 2000).

Existe uma intenção de padronizar o modelo, para que não fuja dos padrões para comparações de informações. Primeiramente foi criado um modelo pelo IBASE, onde a organização informa valores referentes à receita líquida, resultado operacional, folha de pagamento, indicadores sociais, ambientais, do corpo funcional, entre outras, e logo após foi concluído pelo Instituto Ethos. Estes são os mais aproveitados por serem simples e objetivo, mas não é fixo, no qual convém de estímulo para que muitas empresas possam usá-lo e, portanto, facilitando a comparação das informações (KARKOTLI; ARAGÃO, 2004).

As primeiras providências a serem tomadas pela organização, para a gestão da responsabilidade social, antes da escolha do modelo do balanço social que segundo Karkotli e Aragão (2004, p. 132 e 133) devem considerar:

Definição e internalização dos valores éticos e atitudes socialmente responsáveis a serem adotados pela organização;  
 Aderência, desses mesmos valores as estratégias e práticas empresariais;  
 Definição dos programas e iniciativas a serem desenvolvidos, bem como os resultados a serem atingidos;  
 Elaboração de planejamento específico com a definição de recursos – humanos, materiais e financeiros – necessários ao cumprimento dos programas pré-definidos;  
 Utilização ou construção de indicadores para aferir a execução das iniciativas e práticas de responsabilidade social;  
 Avaliação da eficácia das ações implementadas, reformulando e redirecionando as atividades/iniciativas, quando necessário;  
 Elaboração do balanço social onde serão elencadas todas as iniciativas adotadas, demonstrando os valores investidos e os beneficiários das ações implementadas;

Validação das informações apresentadas;  
Publicação aos diferentes públicos, através do balanço social.

Independente da sua formatação, o Balanço Social deve apresentar como objetivo, demonstrar o resultado da influência mútua da empresa com o meio em que está implantada, destacando os aspectos de recursos humanos, contribuição para o desenvolvimento econômico e social, ambientais e contribuições para a sociedade (PINTO; RIBEIRO, 2004).

De maneira mais específica, os objetivos das informações no âmbito social, ambiental e econômico mencionados por Kroetz (2000, p. 79 e 80) são:

- Revelar, em conjunto com as demais demonstrações financeiras, a estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- Evidenciar, através de indicadores econômicos e sociais, as contribuições da empresa a qualidade de vida da comunidade;
- Abranger todo o conjunto de interações sociais que compreende clientes, fornecedores, governo, acionistas, investidores, etc.;
- Divulgar os investimentos realizados no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- Compor um banco de dados confiável para análise e tomada de decisão dos usuários diversos;
- Medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade onde mantém relação de negócios;
- Servir de instrumento para negociações laborais entre empresas, sindicatos, representantes dos empregados;
- Clarificar os objetivos e as políticas administrativas que possibilitem avaliar a entidade, em função não apenas do resultado econômico, mas também dos resultados sociais;
- Ampliar o grau de confiança da sociedade em relação à entidade;
- Verificar a participação dos trabalhadores no processo de gestão.

O balanço social pode ter ainda como norteador a incorporação de indicadores de desempenho ou desenvolvimento social, procurando demonstrar a eficiência das estratégias e ações realizadas pela organização. Estes podem ser indicadores econômicos, sociais, humanos (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Além do balanço financeiro anual, as instituições terão que publicar um balanço social certificado por auditores independentes. O objetivo da auditoria do Balanço social é contribuir para uma maior organização, revisão, avaliação, confiabilidade do procedimento de gestão administrativa de caráter social e ambiental. Os acrescentamentos da implementação do Balanço social são vários, dentre eles, redução de riscos ambientais e sociais; novas oportunidades de mercado; maior confiabilidade; maior nível de qualidade organizacional e social. Porém não existe norma que obrigue a realização da auditoria social, na verdade são poucas organizações que desempenham esse processo (KROETZ, 2000).

O custo de produzir, coletar, demonstrar o Balanço social, na maioria das vezes, é inferior aos benefícios da divulgação das informações sociais e ambientais, que às vezes pode

ser em longo prazo. Além do que não é necessário grande investimento para a elaboração do mesmo (KROETZ, 2000).

O Relatório de Sustentabilidade da Cooperativa de Crédito estudada aborda as principais ações e avanços conquistados ao longo de 2012 em relação ao desempenho econômico, social e ambiental, como também as estratégias e perspectivas que tiveram para o ano 2013. Abrange todas as operações da Cooperativa de Crédito nos dez estados brasileiros em que está presente.

Em 2004, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a NBC T 15, qual estabelece normas mínimas para a publicação de Informações de Natureza Social e Ambiental (COELHO, 2004). Segundo o item 1.5.1.3 da Resolução CFC nº 1.003/04:

A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada, deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

De acordo com o CFC (2013) nenhuma entidade com ou sem fins lucrativos está obrigada a elaborar ou divulgar Informações de Natureza Social ou Ambiental. Aquelas que preferirem por sua apresentação, deve seguir o regulamento constituído na NBC T 15. Não cabe ao CFC obrigar as empresas a elaborarem demonstrações, no entanto discipliná-las.

### 2.3 NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA 15

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.003/04, aprovou em 19 de agosto de 2004 a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental (COELHO, 2004). Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Esses dados podem ser extraídos ou não da contabilidade, porém deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas. Além do que deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

São de responsabilidade do profissional da contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), as informações contábeis de caráter socioambiental. Porém as demais informações, que não são de caráter contábil, ou seja, as qualitativas, onde o contador precisará da influência mútua de outros especialistas para preparar controles e critérios de escolha, bem como averiguar a integridade dessas

informações, sendo assim possuirão a responsabilidade dividida. Esse especialista na maioria das vezes é um administrador (CFC, 2004).

Em relação à divulgação dos itens contidos na NBC T 15, para Texeira, da Silva e Pereira (2011, p.4):

O fato das empresas não terem que limitar ao uso dos dados contábeis para mostrar suas ações socioambientais, proporciona às empresas liberdade sobre como vai divulgar as informações de caráter ambiental. Em outras palavras, a NBCT – 15 deixa em aberto quais são as ferramentas de *disclosure* que serão utilizadas pelas empresas para evidenciar sua gestão de responsabilidade socioambiental. A mensuração de valores monetários ainda vai ser usada para evidenciação dessas informações socioambientais, porém, nem todas as informações de caráter socioambiental devem ser limitadas ao acompanhamento de valores monetários.

Para Donato e Vieira (2012, p. 6) “as normas contábeis são regras que servem para ordenar e disciplinar a elaboração dos registros e das demonstrações contábeis”.

A norma coloca em seu item 15.1.2 - Informações a serem divulgadas: Geração e Distribuição de Riqueza, onde deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3; Recursos Humanos; Interação da Entidade com o Ambiente Externo; e, por ultimo, Interação com o Meio Ambiente.

Explorando o item 15.2.2 do recursos humanos, devem ser demonstrados os dados que se referem a remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade. Também deve constar remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos e a relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores. Gastos com encargos sociais; alimentação; transporte; previdência privada; saúde; segurança e medicina do trabalho; educação (excluídos os de educação ambiental); cultura; capacitação e desenvolvimento profissional; com creches ou auxílios-creche; e participações nos lucros ou resultados também devem ser evidenciadas.

Continuando a compor os itens dos recursos humanos, os dados que devem ser divulgados através dos seguintes totais são: empregados no final do exercício; admissões e demissões; estagiários no final do exercício; portadores de necessidades especiais no final do exercício; prestadores de serviços terceirizados no final do exercício; por sexo; por faixa etária (menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, cima de 60 anos); por nível de escolaridade (analfabetos, ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico, ensino superior e pós-graduados); percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo. Como também, nas informações relativas às passivos contingentes movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados: número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;

processos trabalhistas julgados procedentes; processos trabalhistas julgados improcedentes; valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

No item 15.2.3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade, com os clientes e com os fornecedores. Nos dados relativos à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em: educação (exceto a de caráter ambiental); cultura; saúde e saneamento; esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária; e, alimentação. Relativas à interação com os clientes: informações referentes ao número de reclamações recebidas diretamente na entidade; número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor; número de reclamações recebidas por meio da Justiça; número das reclamações atendidas em cada instância arrolada; montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça; ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

Item 15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente, evidências quanto aos investimentos e gastos compreendidos em: manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; educação ambiental para a comunidade; outros projetos ambientais; além das informações sobre quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; passivos e contingências ambientais.

Além de todas essas informações que devem ser evidenciadas pela empresa, ela pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes. De acordo com o item 15.3.2 – As informações contábeis, que constam na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade do contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade e no item 15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento (COELHO, 2004).

## 2.4 COOPERATIVAS

O cooperativismo e a cooperação são um tanto antigo na história da humanidade. Existem registros desde a Pré-História da civilização, nas tribos indígenas ou na Babilônia. Na Idade Média, no século XIV havia sinais de cooperação nos mosteiros cristão, em comunidades agrícolas e de pescadores. O marco fundamental do cooperativismo foi no ambiente capitalista, no modernismo, no início do século XIX, acompanhado da Revolução Industrial. Sendo assim, o cooperativismo e a cooperação passam a ser discutidos por pensadores, que vão contra as injustiças. O precursor do cooperativismo moderno é conhecido como Robert Owen (NETO, 2006).

Logo após, o cooperativismo alavanca mundialmente. Surgem, em 1854, as cooperativas de crédito na Alemanha, posteriormente surgem na Itália. No Brasil, o cooperativismo existe anteriormente ao descobrimento, por meio dos indígenas. Porém, foram somente com a vinda dos europeus, que se concretizaram as ideias corporativas, sendo, por consecutivo, formada as primeiras cooperativas (NETO, 2006).

Aguilar *et al.* (2009, p. 26) determina o cooperativismo atualmente como:

O cooperativismo consiste em uma doutrina ou prática da difusão de cooperativas no sistema econômico e origina-se da palavra cooperação que significa trabalhar em conjunto. Esta doutrina cultural e socioeconômica fundamenta-se na liberdade humana e em princípios cooperativistas, busca desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de forma crítica, justa e harmônica, objetivando melhorias contínuas nos setores em que atuam e para seus associados.

A primeira cooperativa do mundo foi fundada em 21 de dezembro de 1844, formada por um grupo de tecelões na Inglaterra. Eles se reuniram, trocaram ideias, estabeleceram normas e objetivos, focaram na organização social. Após um ano, esses tecelões abriram um armazém cooperativo pequeno para atender seus associados, oferecendo melhores produtos e serviços para apreender as necessidades. Assim foi criada a primeira cooperativa de consumo. Devido ao sucesso que fez essas cooperativas se espalharam pela Europa, e influenciaram a desenvolveram em todo o mundo novas cooperativas de vários ramos de atividades, tendo como embasamento os princípios dos pioneiros (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012).

Conforme já mencionado, segundo a Lei nº 5.764/71, “Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. Elas existem como uma forma de

organização econômica, pronta para atender as necessidades das particulares de seus associados.

O empreendimento cooperativista é dirigido de acordo com alguns princípios que constituem um conjunto de normas que orientam a constituição e o funcionamento das cooperativas. São até os dias de hoje, os alicerces de todas as cooperativas do mundo, segundo o SISTEMA OCEPAR (2012):

<b>PRINCÍPIOS</b>	<b>DEFINIÇÕES</b>
1º Princípio - Adesão voluntária e livre	Organizações voluntárias, abertas a todos os públicos, sem discriminações sociais, raciais, religiosas, enfim.
2º Princípio - Gestão democrática e livre	Organizações democráticas, controladas por seus cooperados, que participam na formação de suas políticas e tomada de decisões ativamente.
3º Princípio - Participação econômica dos cooperados	Os cooperados contribuem e controlam de acordo com a democracia o capital de suas cooperativas.
4º Princípio - Autonomia e independência	Organizações autônomas, de ajuda recíproca, controladas pelos cooperados.
5º Princípio - Educação, formação e informação	Promovem a educação e a formação de seus cooperados, dos representantes eleitos, dos seus colaboradores, de forma que estes possam colaborar eficientemente para o desenvolvimento da cooperativa.
6º Princípio - Interooperação	Para um melhor resultado, devem trabalhar em conjunto com as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
7º Princípio - Interesse pela comunidade	Trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos cooperados.

Quadro 1 – Princípios que orientam a constituição e funcionamento das cooperativas

Fonte: Elaborado pela autora com base no SISTEMA OCEPAR (2013).

Como toda forma de gestão, cada cooperativa possui uma estrutura adequada de funcionamento, as determinações legais e todas as características que garantam a condução de suas ações, da forma coerente. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) a estrutura comum das cooperativas abrange:



<b>ESTRUTURA</b>	<b>DEFINIÇÕES</b>
Assembleia Geral	Órgão supremo que tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade. É de responsabilidade coletiva, pela reunião de todos nas discussões e deliberações. Pode ocorrer de duas maneiras: Assembleia Geral Ordinária (AGO) e Assembleia Geral Extraordinária (AGE).
Assembleia Geral Ordinária (AGO)	É obrigatória a realização de uma vez por ano, no transcorrer dos três primeiros meses, logo ao encerramento do exercício para determinar sobre as prestações de contas, planos de atividades, destinações das sobras, definição de honorários, cédulas de presença, eleição do Conselho de Administração e Fiscal, e também para assuntos de interesse dos cooperados.
Assembleia Geral Extraordinária (AGE)	Realizada quando necessário e poderá tratar de qualquer assunto de interesse. É exclusivo da AGE a determinação sobre a reforma do estatuto, fusão, incorporação, desmembramento, mudança de objetivos e dissolução voluntária.
Conselho de Administração	Órgão superior da administração. É de sua alçada a decisão sobre qualquer interesse da cooperativa e de seus cooperados nos termos da legislação, do Estatuto Social e das determinações da Assembleia Geral. O mandato dos conselheiros é de até no máximo quatro anos.
Conselho Fiscal	Composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos para o papel de fiscalizar a administração, as atividades e as operações da cooperativa, examinando livros e documentos entre outras atribuições.
Comitê Educativo, Núcleo Cooperativo ou Conselhos Consultivos	Órgão auxiliar da administração, com a finalidade de realizar estudos e apresentar soluções sobre situações específicas.
Estatuto social	Conjunto de normas que gerem funções, atos e objetivos de determinada cooperativa. É preparado com a participação dos associados para acatar as necessidades da cooperativa e de seus associados.
Capital social	Valor, em moeda corrente, que cada pessoa investe ao associar-se e que como fim contribuir com o desenvolvimento da cooperativa.
Demonstração de resultado do Exercício	No final de cada exercício social é exposto, na Assembleia Geral, o Balanço Geral e a Demonstração do Resultado que devem conter: Sobras e Fundo indivisível.
Sobras	Resultados dos ingressos menos os consumos. Retornam aos associados depois das deduções dos fundos.
Fundo indivisível	Valor em moeda corrente que compete aos associados, mas não pode ser distribuído e sim destinado ao fundo de reserva para ser empregado no desenvolvimento da cooperativa e cobertura de perdas futuras; Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).

Quadro 2 – Estrutura comum das Cooperativas

Fonte: Elaborado pela autora com base na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2013).

As sociedades cooperativas são consideradas singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas anuidades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos; cooperativas centrais ou federações de

cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais; e confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades (Lei 5.764, art.6°).

Nas cooperativas, todo associado também é dono e sua participação é fundamental para a construção do empreendimento. Deste modo, é importante que conheça seus direitos e deveres.

#### Possui como direitos:

- Decidir pelo voto, em assembleia geral, assuntos de interesse da cooperativa.
- Votar e ser votado para cargos administrativos, fiscais ou outras funções.
- Participar das atividades econômicas, sociais e educativas.
- Ser consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela cooperativa.
- Receber retorno proporcional das sobras de capital.
- Oferecer sugestões.
- Examinar os livros e documentos da empresa e solicitar esclarecimentos aos dirigentes, conselheiros e funcionários, quando houver dúvidas.
- Obter, antes da realização da assembleia geral, balanços financeiros demonstrativos e relatórios.
- Retirar seu capital ao sair da sociedade, de acordo com o estabelecido no estatuto (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012, p. 27).

#### Possui como deveres:

- Frequentar as assembleias gerais, debater ideias e decidir pelo voto os objetivos e metas de interesse.
- Respeitar as decisões votadas nas assembleias gerais, que representam a vontade da maioria.
- Operar com a cooperativa.
- Saldar seus compromissos financeiros.
- Zelar pelo interesse comum e autonomia da sociedade.
- Conhecer e cumprir o estatuto, os regulamentos e as normas estabelecidas pela assembleia geral.
- Estimular a integração da cooperativa com o movimento cooperativista.
- Denunciar, sempre, os procedimentos indevidos.
- Pagar sua parte, caso ocorram prejuízos financeiros (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012, p. 28).

Quando vem ao caso de incompatibilidade de objetivos dentro de uma cooperativa pode ocorrer, segundo a OCB:

- Demissão: o associado de livre e espontânea vontade requer, por escrito, seu pedido de afastamento da cooperativa, sendo que este não poderá ser negado pela administração, desde que o associado esteja em dia com as suas obrigações;
- Eliminação: será sempre realizada por decisão e aprovação do Conselho de Administração, por desrespeito à lei, ao estatuto ou às normas internas da cooperativa. Os motivos de eliminação devem constar no livro de matrícula;
- Exclusão: ocorre por dissolução da pessoa jurídica, por morte da pessoa física, por incapacidade civil não suprida ou por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

As cooperativas, em relação ao trabalho apresentam características vantajosas, como:

- Eliminam a relação empregado/empregador;
- Não existem as figuras do intermediário e a do atravessador;
- Os próprios associados exercem a direção e a execução das atividades cooperadas;
- Representam coletivamente os interesses e/ou necessidades de todos os associados;
- Negociam melhores preços, prazos e formas de pagamentos com os fornecedores.
- Podem formar centrais ou federação de cooperativas, com base na união de pequenas cooperativas;
- Asseguram direitos iguais a todos os sócios cooperados;
- Permitem o desenvolvimento intelectual dos associados e de seus familiares (TACHIZAWA, 2007. p. 314 e 315).

Todos os países conhecem muitos caminhos para que uma organização seja ordenada para seu benefício. Porém essas organizações são definidas por órgãos do Estado. “O conjunto de instituições públicas e privadas que viabilizam a regulação, operação e supervisão das operações financeiras internas e externas do país é denominado Sistema Financeiro Nacional”, segundo Fortuna (1978), citado por Shardong (2002, p. 27). Estas instituições financeiras estão classificadas nos seguintes grupos: Instituições de Crédito de curto prazo; Bancos Comerciais; Caixa Econômica Federal; Cooperativas de Crédito e Bancos Cooperativos (SCHARDONG, 2002).

## 2.5 COOPERATIVA DE CRÉDITO

O cooperativismo de crédito surgiu para combater a escravidão de trabalhadores rurais e urbanos, durante a segunda metade do século XIX. Eles buscavam juntos uma maneira de sair do sofrimento. Na área rural, os trabalhadores viviam endividados por conta de empréstimos que faziam com negociantes desonestos. Isso obrigava esses trabalhadores a vender a preço baixo os produtos da safra para poderem pagar suas dívidas. Porém, foi através de ajuda que eles conseguiram fortalecer o crédito. Especificamente foram os prestadores de serviços voluntários que criaram o crédito mútuo, confiando objetividade e eficácia ao sistema (SOUZA, 1992).

Herman Schulze, principalmente, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, na Alemanha; Ludovic de Besse e Louis Durand, na França, foram os pioneiros deste tipo de empresas que mudaram a situação existente, estabelecendo as primeiras ações e normas que viabilizaram o crédito mútuo. Neste início, o intercâmbio de ideias entre eles foi intenso, resultando daí o preceito básico de que as sociedades não teriam objetivo de lucro (SOUZA, 1992, p. 6).

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN), o cooperativismo de crédito no Brasil, surgiu em 28 de dezembro de 1902 em Nova Petrópolis (RS), trazido pelo Padre Theodor Amstad, hoje denominada de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis.

A ideia de Cooperativismo de Crédito, influenciada pelo seu precursor, se desenvolveu em mais de 60 instituições no Rio Grande do Sul. Com a revolução de 1964, o Estado brasileiro abraçou a função de originar o desenvolvimento econômico. Por conta dessa ordem econômica, as Cooperativas de crédito deixaram de ser instrumento e foram submetidas às advertências operacionais que induziram a maioria delas ao procedimento de liquidação. Na década de 80, quando esse modelo econômico dava seus primeiros sinais de enfraquecimento, surgiu a ideia de levantar um novo sistema de financiamento para os produtores rurais. Sendo desta maneira, o novo precursor vice-presidente da Federação das Cooperativas de trigo e soja, buscou fora do país modelos de financiamentos agropecuários, onde mais uma vez as Cooperativas de Crédito apareceram como as principais instituições financeiras. Nascia, então, no Rio Grande do Sul, o primeiro Sistema de Crédito Cooperativo, atual SICREDI. E foi no ano de 90, que nasceu o primeiro Banco Cooperativo privado do Brasil, Banco Cooperativo SICREDI S.A – BANSICREDI (SCHARDONG, 2002).

O conceito que o BACEN trás de cooperativa de crédito, conforme já abordado, é “uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados”.

As cooperativas são regulamentadas por legislação própria, a Lei 5.764/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Possuem como legislação básica a Lei Complementar 130 de 2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e a Resolução 3.442 de 28 de Fevereiro de 2007, onde estabelece procedimentos para as cooperativas de crédito, relativamente ao cumprimento das atribuições (AGUILAR *et al.*, 2009).

A instituição sistêmica das Cooperativas de Crédito deve deliberar valores éticos e princípios de gestão, dentre eles os que mais prevalecem nos sistemas são:

- Valorização inegociável da forma cooperativa de ser;
- Desenvolvimento assentado na valorização do associado;
- Observância dos normativos oficiais e internos do Sistema, bem assim dos princípios técnicos e científicos aplicáveis na condução das operações e demais atividades;
- Transparência ao quadro social e de acionistas;
- Neutralidade político-partidária dos Administradores, Executivos e Colaboradores;
- Concentração do poder decisório nas Cooperativas de Crédito Singulares;
- Atribuições preponderantes das organizações (SCHARDONG, 2002, p. 75 a 77).

A Cooperativa de Crédito, de acordo com Schardong (2002, p. 84) de modo geral objetiva “promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração das suas poupanças e a prestação de serviços de

natureza bancária por eles demandada”.

Classificando as cooperativas de crédito, as singulares classificam-se em Cooperativas de crédito rural, onde associam os produtores rurais pessoas físicas e jurídicas; Cooperativas de crédito mútuo, onde pessoas físicas de uma determinada classe profissional e pessoas jurídicas sem fins lucrativos a ela vinculadas; e Cooperativas de crédito do tipo Luzatti, onde não estão mais autorizadas a funcionar pelo Banco Central, consequentemente as remanescentes, filiam pessoas físicas de todos os setores econômicos, conforme determina a Resolução 2771, do Conselho Monetário Nacional (SCHARDONG, 2002).

As Cooperativas de Crédito apresentam as seguintes características, de acordo com Schardong (2002, p. 85):

- Adesão voluntária;
- Variabilidade de capital, representado por quotas-partes;
- Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado;
- Inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- Singularidade de voto;
- Quórum para o funcionamento e deliberação da assembleia geral baseada no número de associados e não no capital social;
- Retorno das sobras do exercício proporcionalmente as operações realizadas pelo associado;
- Indivisibilidade do fundo de reserva;
- Neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- Área de admissão de associados limitada as possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

A natureza societária das cooperativas de crédito é uma forma especial, reguladas em lei específica, no qual as diferencia das demais sociedades quanto à constituição do seu capital, processo decisório e distribuição de resultados (SCHARDONG, 2002).

As operações e serviços liberados para essas organizações, de acordo com a Resolução 2771 de 2000, do Banco Central são as seguintes: captação de recursos, provenientes de depósitos a vista e a prazos, empréstimos, repasses, refinanciamentos e outras modalidades de instituições financeiras nacionais ou internacionais; concessões de créditos, exclusivamente a seus associados; aplicações de recursos de mercado financeiro; prestação de serviços de cobrança, custódia, convênios, fundos, entre outros.

As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se lhes os direitos exclusivos e exigindo-lhes a obrigação do uso da expressão cooperativa em sua denominação. São vedadas as cooperativas o uso da expressão Banco (Lei 5.764, art.5º).

Cada associado deve aplicar recursos financeiros na cooperativa que pertence. Deve investir e garantir o capital necessário para honrar os compromissos e ajudar no

desenvolvimento da cooperativa. A formação do Capital Social está regulamentada no art. 24, da Lei 5.764/71, o qual determina os seguintes critérios:

Art. 24°. O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País.

§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração.

§ 2º Não estão sujeitas ao limite estabelecido no parágrafo anterior às pessoas jurídicas de direito público que participem de cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações.

§ 3º É vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada.

Em relação a sobras e prejuízos nas cooperativas, no qual difere das demais instituições financeiras, as sobras, o próprio nome já diz, são recursos que não foram aproveitados e devem retornar aos associados na medida da participação de cada um no resultado. Caso ocorram prejuízos, a Lei 5.764/71 estabelece que os “prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se insuficiente este, mediante rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do artigo 80”.

As relações entre a Cooperativa e os cooperados são caracterizadas como ato cooperativo. Ato cooperativo regulado pela Lei 5.764/71, segundo Silva (2013) “são os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associado, para a consecução dos objetivos sociais” e atos não cooperativos são os atos praticados com terceiros não conformados no quadro social das cooperativas. A tributação das sociedades cooperativas é dividida entre ato cooperativo e ato não cooperativo. A não incidência e isenção de tributos são válidas somente para o ato cooperativo, sendo que para o ato não cooperativo não há isenção.

Conforme a Lei 5.764/71, art. 28, as cooperativas são obrigadas a constituir:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído em 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregadas da cooperativa, constituído de 5 % (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º Os serviços a serem atendidos Pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional

e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privados.

De acordo com Woccu (2013), em 2012 havia em torno de 200 milhões de membros, 56 mil cooperativas de crédito distribuídas em 101 países. Em relação às cooperativas de crédito na América Latina, o Brasil é o que possui o maior número de cooperativas e transaciona o maior volume de recursos, com 4.683.985 de membros e 641 cooperativas distribuídas em todo o país, dados de 2010. Os principais sistemas cooperativos que operam no país são SICREDI, SICOOB, UNICRED, CONFESOL, CECRED e também por Cooperativas Independentes não ligadas a uma Confederação ou Central.

Segundo o BACEN, as vantagens da constituição de uma cooperativa de crédito são:

- A cooperativa pode ser dirigida e controlada pelos próprios associados;
- A assembleia de associados é quem decide sobre o planejamento operacional da cooperativa;
- A aplicação dos recursos de poupança é direcionada aos cooperados, contribuindo para o desenvolvimento do grupo e, também, para o desenvolvimento social do ambiente onde vivem;
- O atendimento é personalizado;
- O crédito pode ser concedido em prazos e condições mais adequados às características dos associados;
- Os associados podem se beneficiar com o retorno de eventuais sobras ou excedentes.

As Cooperativas de Crédito são um bom exemplo de trabalho em equipe. Proporcionam uma elevada importância para o desenvolvimento social, requerem o crescimento de diversos departamentos da economia e das comunidades em que se desenvolve.

Visando colaborar com o estudo, apresenta-se a seguir algumas pesquisas já realizadas em relação à evidenciação das informações de natureza social e ambiental.

## 2.6 PESQUISAS ACADÊMICAS EM ESTUDOS DESSA NATUREZA

Gao, Heravi e Xiao (2005), citados por Beuren *et al.* (2009, p. 51) enfatizam que “a evidenciação ambiental e social corporativa tem atraído consideravelmente pesquisas acadêmicas desde os anos de 1980”.

Kruger *et al.* (2011) buscaram informações sociais e ambientais junto as demonstrações financeiras publicadas, aos relatórios disponíveis e também nos sites das empresas do segmento de materiais básicos da BMF Bovespa. Os resultados demonstram que, acatam somente a exigência da norma quanto às informações de geração e distribuição de riqueza, contudo constatou-se que as informações solicitadas referentes aos recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e com o meio ambiente, não são

consentidas conforme as exigências da NBC T 15.

Suave *et al.* com base na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica, NBC T 15 objetivou-se verificar se existe diferença na evidenciação ambiental recomendada pela norma nos Relatórios da Administração de empresas em diferentes cenários de resultado. A amostra da pesquisa é composta pelas empresas que a Revista Exame Melhores e Maiores de 2011 apontou como os maiores prejuízos em 2010 dentre as empresas que apresentaram lucro no exercício anterior. Notou-se a que pontuação total gerada com base em critérios da Norma permaneceu praticamente igual nos dois exercícios, ocorrendo uma oscilação compensatória ocasionada pelo fato de algumas empresas aumentarem sua evidenciação e outras reduzirem. O fato de metade das empresas não ter alterado sua evidenciação coaduna com estudos anteriores que não consideram o resultado como fator determinante no teor da evidenciação. Conforme classificação a partir da quantidade de informações evidenciadas, grande parte das empresas ficou em categorias inferiores em função da baixa quantidade de informações apresentadas.

A NBC T 15, também foi empregada como alicerce na pesquisa de Silveira *et al.* (2011) onde trabalharam essas informações divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Pelo exposto, a pesquisa constata que a empresa tem muitos quesitos que não cumprem o disposto na NBC T 15. No que se refere à Geração e à Distribuição de Riquezas, pode incluir algumas informações explicativas para que ajude o usuário a concluir aspectos que devam ser ressaltados. As informações de Recursos Humanos aderiram melhor ao exigido pela NBC T 15, faltando informar alguns dos itens exigidos. Em relação à interação da entidade com o meio ambiente externo, a empresa não publicou alguns dos investimentos exigidos. Quanto à interação da entidade com o meio ambiente, falta cumprir a norma em sua integralidade.

Teixeira, da Silva e Pereira (2011) investigaram quais são as informações socioambientais, demonstradas nos relatórios publicados pelas maiores empresas de capital aberto, com base no critério valor de mercado, e que estão seguindo às recomendações da NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Durante o estudo foram analisados os relatórios de 65 companhias, obtidos através do sítio institucional da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os entendimentos da pesquisa revelaram que nenhuma empresa publicou qualquer demonstração contábil denominada como Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental (DINSA); sessenta e três por cento das empresas estudadas não evidenciam o nome do responsável pelas informações de natureza sócio-ambiental conforme recomenda a NBC T 15. Com relação às informações de cunho negativo, os achados



revelaram que 05 dos 12 indicadores de cunho negativo proposto pela NBC T 15 só foram evidenciados por uma única organização, sendo três deles voltados para o meio ambiente.

Ribeiro e Cunha (2008) investigaram os incentivos das companhias negociadas no mercado de capitais brasileiro para divulgar voluntariamente informações de natureza social, ou seja, se ocorre a divulgação voluntária de informações de natureza social. Sendo assim, pesquisaram os dados de 183 empresas listadas na Bovespa no ano de 2003, 178 empresas em 2004, 180 empresas no ano de 2005 e 174 em 2006. Com base nos dados pesquisados, a conclusão que chegaram foi que a divulgação voluntária de informações de natureza social está associada positivamente ao nível de governança corporativa, ao desempenho, ao tamanho e à divulgação em período anterior. As evidências encontradas apresentam-se alicerçadas na teoria.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

O estudo pesquisado foi concretizado por meio de dois métodos, o primeiro com a utilização de livros e artigos publicados em revistas especializadas, identificando-se assim como pesquisa bibliográfica. A norma, NBC T 15, utilizada na pesquisa foi retirada do sítio Portal de Contabilidade de José Martonio Alves Coelho, presidente do Conselho Federal de Contabilidade. Para Beuren (2010, p. 87), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se como:

Todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros. (...) Com base nisso é que se pode elaborar o trabalho monográfico, seja ele em uma perspectiva histórica ou com o intuito de reunir diversas publicações isoladas e atribuir-lhes uma nova leitura.

O segundo método caracteriza-se como uma pesquisa documental, que para Silva e Grigolo (2002), citados por Beuren (2012, p. 89):

Vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

Deste modo, cumpriu-se por meio da análise de informações de caráter social e ambiental constante no Relatório anual de Sustentabilidade da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados, conseqüentemente optou-se por não identificar a cooperativa, uma vez que não houve autorização formal para tal.

#### 3.2 COLETA DE DADOS

As informações foram analisadas através do demonstrativo contábil, especificamente denominado Relatório Anual de Sustentabilidade, obtido no sítio da Cooperativa de Crédito. O período temporal compreendeu-se no ano de 2012.

#### 3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Foram buscadas 48 informações no relatório de sustentabilidade da Cooperativa de Crédito, categorizando-se as evidenciações em informação completa (IC), informação incompleta (II) e informação ausente (IA), conforme se demonstra no Quadro 3.

<b>CATEGORIA</b>	<b>POSIÇÃO</b>	<b>SIGNIFICADO</b>	<b>PESO</b>
IC	Informação Completa	A informação prevista encontra-se presente e completa no relatório anual de sustentabilidade.	5
II	Informação Incompleta	A informação prevista encontra-se de maneira incompleta no relatório anual de sustentabilidade.	3
IA	Informação Ausente	Não existe a informação prevista no relatório anual de sustentabilidade.	1

Quadro 3 – Categorias da qualidade das informações

Fonte: adaptado de Beuren *et al.* (2009).

Para analisar os dados foi utilizado um quadro adaptado do estudo de Kruger *et al.* (2011) e acrescentado a NBC T 15 por se tratar de um roteiro de itens e características a serem verificadas quanto à evidenciação social e ambiental, propiciando identificar a adequação da cooperativa à NBC T 15, observando os procedimentos estabelecidos nesta norma.

Dando seguimento, multiplicando-se a quantidade de informações do quadro 4 evidenciadas pela empresa com seu respectivo peso (IC=5; II=3 e IA=1), logo se obteve a pontuação final. Posteriormente a identificação e categorização das informações, pode-se aplicar os mencionados pesos a cada uma. De forma a aclarar conclusivamente o nível de evidenciação da empresa, classificações a partir de conceitos são atribuídas conforme a pontuação obtida quanto aos tipos de informações, conforme demonstrado no Quadro 5.

<b>PONTUAÇÃO FINAL</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO</b>
48 a 100 pontos	Péssima
101 a 170 pontos	Regular
171 a 240 pontos	Ótima

Quadro 4 - Classificação da evidenciação das informações

Fonte: elaborado pela autora com base em Suave *et al.* (2012)

Sendo assim, se a empresa atender pontuação mínima, de 48 a 100 pontos requisitos da NBC T 15 obterá um conceito Péssimo; entre 101 a 170 pontos, atenderá o conceito Regular; e de 171 até a pontuação máxima, 240 pontos, terá sua evidenciação classificada como Ótima.

## 4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Com embasamento na análise dos dados e acompanhando a NBC T 15, foi possível analisar se há a adequação da evidenciação da empresa pesquisada, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados, quanto às exigências da norma.

### 4.1 GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

Inicialmente, quanto às informações de geração e distribuição de riqueza.

Tabela 01: Geração e distribuição de riqueza

<b>A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada:</b>	<b>IC</b>	<b>II</b>	<b>IA</b>
Conforme a Demonstração do Valor Adicionado.	x		

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observa-se que a Cooperativa de Crédito pesquisada evidencia a Demonstração do Valor Adicionado, no entanto a NBC T 15 não demonstra o conjunto de informações que são necessárias para a DVA, mas o CPC 09 explica que a ela deve evidenciar a geração do valor adicionado, e como é distribuído em meio a recursos humanos, capitais de terceiros, capitais próprios e governo, e até sugere um modelo (KRUGER, 2011).

Sendo assim, a verificação realizada junto a Cooperativa de Crédito foi na divulgação e as informações apresentadas referentes à DVA, independente do modelo.

### 4.2 GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA - RECURSOS HUMANOS

De acordo, com a NBC T 15, o segundo grupo de informações a ser evidenciadas refere-se aos recursos humanos, quanto à remuneração e benefícios concedidos pela empresa aos empregados, terceirizados e autônomos:

Tabela 02: Geração e distribuição de riqueza

<b>Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:</b>	<b>IC</b>	<b>II</b>	<b>IA</b>
a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos,		x	
b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e administradores,			x
c) gastos com encargos sociais;			x
d) gastos com alimentação;		x	
e) gastos com transporte;			x
f) gastos com previdência privada;	x		
g) gastos com saúde;		x	
h) gastos com segurança e medicina do trabalho;			x
i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);			
j) gastos com cultura;		x	
k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;	x		
l) gastos com creches ou auxílio-creches;		x	
m) participações nos lucros ou resultados		x	

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observa-se que a Cooperativa de Crédito não atende a todas as informações incluídas aos recursos humanos. Considerou-se como adequada, as informações completas, onde de fato existe a evidenciação total do gasto com cada item, ou seja, os valores que a empresa desembolsou no período analisado conforme a NBC T 15 indica. Foram eles: gastos com a previdência privada e gastos com capacitação e desenvolvimento profissional.

Ressalta-se que segundo a análise dos dados, a Cooperativa de Crédito divulga no seu relatório as informações sobre remuneração; alimentação; saúde; educação (excluídos os de educação ambiental); creches ou auxílio-creches e participação nos lucros e resultados em função dos seus colaboradores, entretanto essas informações são qualitativas, não evidenciando o quantitativo que seria os recursos gastos com essas ações. Desta forma essas informações não atenderam integralmente a norma, por isso foram classificadas como incompletas.

As demais informações que são a relação entre a maior e a menor remuneração da entidade; gastos com encargos sociais; gastos com transporte; e gastos com segurança e medicina do trabalho; classificadas como ausentes aderiram essa classificação por não constar nenhuma evidenciação no relatório de sustentabilidade.

#### 4.3 COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Ligado ao conjunto de informações relacionadas aos Recursos Humanos, a NBC T 15 requer ainda que as informações relativas à composição dos recursos humanos sejam evidenciadas conforme abaixo:

Tabela 03: Geração e distribuição de riqueza

<b>Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:</b>	<b>IC</b>	<b>II</b>	<b>IA</b>
a) total de empregados no final do exercício;	x		
b) total de admissões;	x		
c) total de demissões;	x		
d) total de estagiários no final do exercício;	x		
e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	x		
f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício			x
g) total de empregados por sexo;	x		
h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: Menores de 18 anos De 18 a 35 anos De 36 a 60 anos Acima de 60 anos		x	
i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos com ensino fundamental com ensino médio com ensino técnico com ensino superior pós-graduado			x
j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.	x		

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

No conjunto das informações da Tabela 03, observou-se que 70% das informações indicadas pela norma são evidenciadas de forma completa, ou seja, atendem as exigências da NBC T 15. São elas: total de empregados no final do exercício; total de admissões; total de demissões; total de estagiários no final do exercício; total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício; total de empregados por sexo e percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

Observa-se apenas uma informação classificada como incompleta (total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos; de 18 a 35 anos; de 36 a 60 anos e acima de 60 anos), a Cooperativa de Crédito divulga, porém não como a norma recomenda.

Não há a evidenciação no relatório de sustentabilidade, o total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício e do total de empregados por nível de escolaridade.

#### 4.4 AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS PELOS EMPREGADOS CONTRA A ENTIDADE

Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, a NBC T 15 indica a evidenciação do número de processos trabalhistas movidos contra a entidade, os julgados procedentes e improcedentes e o valor das indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

Tabela 04: Ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade

<b>Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:</b>	<b>IC</b>	<b>II</b>	<b>IA</b>
a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;			x
b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;			x
c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;			x
d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça			x

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observa-se que no relatório de sustentabilidade da Cooperativa de Crédito não foi demonstrado as informações dessa natureza, pois nenhuma evidenciação nesse grupo de ações trabalhistas, foi identificada.

#### 4.5 INFORMAÇÕES RELATIVAS À INTERAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO

Outro conjunto determinado pela NBC T 15 refere-se às informações relativas à interação com o ambiente externo, onde devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, inclusive clientes e fornecedores.

Tabela 05: Informações relativas à interação com o ambiente externo

<b>Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais de investimentos em:</b>	<b>IC</b>	<b>II</b>	<b>IA</b>
a) educação, exceto a de caráter ambiental;	x		
b) cultura;		x	
c) saúde e saneamento;			x
d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;		x	
e) alimentação.			x

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em relação às informações relativas ao ambiente externo, observou-se com a análise dos dados que a evidenciação de forma quantitativa é insignificante, pois foi considerada apenas uma informação completa, onde ela evidencia o total do investimento gasto com educação para a comunidade.

Classificaram-se duas informações incompletas, sobre a cultura e sobre esporte e lazer, que no relatório de sustentabilidade é demonstrado de forma qualitativa, não apresentando o quantitativo.

As informações sobre saúde e saneamento; e alimentação não foram evidenciadas no relatório. Apesar da falta de informações a Cooperativa atende seu 7º princípio, interesse pela comunidade.

#### 4.6 INFORMAÇÕES RELATIVAS À INTERAÇÃO COM OS CLIENTES

Em relação às informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciadas as reclamações recebidas pela entidade e aquelas recebidas por órgãos de defesa do consumidor, o montante de multas e indenizações a clientes e as ações empreendidas visando a diminuição das causas das reclamações, conforme abaixo:

Tabela 06: Informações relativas à interação com os clientes

<b>Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:</b>	<b>IC</b>	<b>II</b>	<b>IA</b>
a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;			x
b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor		x	
c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;			x
d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;			x
e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;			x
f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.		x	
Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.	x		

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observa-se com base na análise dos dados que não foram evidenciadas o número de reclamações recebidas diretamente na entidade; recebidas por meio da Justiça; atendidas em cada instância arrolada e montante de multas e indenizações a clientes.

Há duas informações classificadas como incompletas, o número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor e as ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações. Estas informações são evidenciadas no relatório de forma qualitativa, não abordando o quantitativo, conforme a NBC T 15 indica. Referente as ações empreendidas pela entidade visando sanar ou minimizar as reclamações não foram evidenciadas no relatório exatamente desta maneira, mas foi



identificado a descrição de uma ação para que possam acompanhar 24 horas após a reclamação, as demandas registradas sobre sua atuação e também para que possam ser tratadas mais rapidamente.

Observa-se que as informações relativas aos fornecedores, onde a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores foi considerada completa devido à adequação a norma.

#### 4.7 INFORMAÇÕES RELATIVAS À INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

E por último, o conjunto de informações onde devem ser evidenciados os investimentos e gastos com manutenção, preservação e recuperação de ambientes, gastos com projetos de educação ambiental para com empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade, bem como para com a comunidade. Ainda, quantidade de processos ambientais, multas ou indenizações relacionadas ao meio ambiente, bem como, passivos e contingências ambientais, conforme a NBC T 15 disciplina.

Tabela 07: Informações relativas à interação com o meio ambiente

<b>Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:</b>	<b>IC</b>	<b>II</b>	<b>IA</b>
a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;		x	
b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;		x	
c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;		x	
d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;			x
e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;		x	
f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;			x
g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente;			x
h) passivos e contingências ambientais.			x

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Na Tabela 07, as informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, a Cooperativa de Crédito evidencia no seu relatório de uma forma incompleta os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; investimentos e gastos com outros projetos ambientais. Apesar do relatório de sustentabilidade apresentar diversas ações de eco eficiência para gerar menor

impacto ambiental, entretanto essas informações são qualitativas, não evidenciando os gastos com essas ações, ou seja, não atendendo totalmente a norma.

Não foram evidenciadas informações referentes a investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; referente ao valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente, bem como, não se identificou passivos e contingências ambientais, informações classificadas como ausentes.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p.87) o Balanço Social define-se como “um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários” destaca-se que não são apenas informações qualitativas como constatou-se em grande parte da análise.

Conforme mencionado anteriormente, Dias (2010) mostra a percepção de que hoje as empresas estão buscando assumir uma maior responsabilidade socioambiental, ou seja, estão buscando atender as preocupações ambientais juntamente com as exigências legais da sociedade. Como podemos ver nessa análise, é o caso dessa Cooperativa de Crédito, que ainda está buscando atender a sociedade e a norma.

Sendo assim, o conjunto de Tabelas 01 a 07, consideram as informações de natureza social e ambiental, conforme a NBC T 15 disciplina, tendo em vista mostrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da Cooperativa de Crédito através dos dados e das informações constatadas.

Observa-se que das 48 informações analisadas, constaram-se 12 informações evidenciadas de forma completa, 15 informações de forma incompleta e 21 informações ausentes.

#### 4.8 RESUMO DAS INFORMAÇÕES COMPLETAS

A seguir consta um resumo das informações que foram constatadas neste estudo como informações completas, ou seja, que estão adequadas a NBC T 15:

- ✓ A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração;
- ✓ Gastos com previdência privada;
- ✓ Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- ✓ Total de empregados no final do exercício;

- ✓ Total de admissões;
- ✓ Total de demissões;
- ✓ Total de estagiários no final do exercício;
- ✓ Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- ✓ Total de empregados por sexo;
- ✓ Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo;
- ✓ Nas informações relativas a interação com a comunidade, os totais dos investimentos em educação, exceto de caráter ambiental;
- ✓ Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

Aplicando o método no tratamento dos dados, a empresa obteve uma pontuação final de 126 pontos, composto por 12 informações completas, 15 informações incompletas e 21 informações ausentes, multiplicadas por seus respectivos pesos e somadas ( $12 \times 5 = 60$ ;  $15 \times 3 = 45$ ;  $21 \times 1 = 21$ ), no qual leva a Cooperativa de Crédito a obter um nível de adequação classificado como regular.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar a adequação das informações de natureza social e ambiental (NBC T 15) divulgada pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados, no período de 2012.

Analisando os conjuntos das informações a serem divulgadas: geração e distribuição de riqueza; composição dos recursos humanos, ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade; interação com o ambiente externo; informações relativas à interação com os clientes e com o meio ambiente, a pesquisa constatou que nenhum conjunto atende de forma completa as informações estabelecidas na NBC T 15, consecutivamente com alguma informação incompleta ou ausente. Atenta-se para o conjunto de ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, que é dividida em quatro itens, onde nenhum foi atendido.

Observou-se com a análise dos dados que a Cooperativa de Crédito evidencia no seu relatório de sustentabilidade sobre vários aspectos que a norma recomenda entre eles, remuneração; gastos com alimentação; gastos com saúde; gastos com educação; gastos com creches ou auxílio-creches; participação nos lucros e resultados; total de empregados por faixa etária; cultura para a comunidade; esporte e lazer; reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor; ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações; investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; investimentos e gastos com a educação ambiental; investimentos e gastos com outros projetos ambientais; apesar disso, esses itens foram evidenciados de forma qualitativa, classificados como informações incompletas. Essas informações não adotam os gastos ou investimentos realizados, no qual não atende integralmente a NBC T 15.

Observa-se na disposição das informações, que das 48 informações possíveis à evidenciação, 21 classificaram-se como informações ausentes, ou seja, não foi evidenciada a maioria das informações contidas na NBC T 15. Contudo não podemos julgar a Cooperativa de Crédito como incorreta, pois a norma não obriga nenhuma entidade a divulgar tudo o que nela consta, a norma apenas disciplina.

Dentre as informações contidas na norma, as que a Cooperativa de Crédito mais evidenciou foram as informações relacionadas aos recursos humanos. Como já mencionado,

informações relacionadas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade e as informações relativas à interação com o meio ambiente tiveram menos respaldo.

Nota-se com a análise dos dados que esse estudo se assemelha com o de Kruger *et al.* (2011), onde os resultados encontrados de forma adequada a NBC T 15 foram somente quanto às informações de geração e distribuição de riqueza, contudo as demais informações solicitadas referentes aos recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e com o meio ambiente, não foram consentidas conforme as exigências da NBC T 15.

Em relação à quantidade de informações adequadas à NBC T 15 o mesmo sucedeu no trabalho de Suave *et al.* (2011), onde grande parte das empresas ficaram em categorias inferiores em função da baixa quantidade de informações apresentadas adequadas a norma.

E como aconteceu no estudo de Silveira *et al.* (2011), de todas as informações exigidas pela norma, as de Recursos Humanos aderiram melhor, faltando informar alguns itens exigidos, o mesmo caso deste estudo.

Constata-se que a evidenciação social e ambiental no relatório de sustentabilidade da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados não está completamente adequada às recomendações da NBC T 15, quando comparada a evidenciação social e ambiental do ano de 2012.

A pesquisa depara com limitações, como de não esclarecer a opção corporativa de não divulgar determinado item normativo, não deixando entender se a ausência da divulgação de um determinado item é decorrente de omissão ou se o mesmo não é aplicável à empresa. A principal limitação da pesquisa é o fato de ser analisado exclusivamente o relatório, não existindo uma verificação *in loco* de outros admissíveis meios de evidenciação social.

Apresenta-se, como sugestões para novos estudos, na qual seja trabalhado o mesmo objetivo, ampliar a amostra estudada para permitir comparação com outros anos onde será divulgado o relatório de sustentabilidade e também com outras cooperativas de crédito.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Dayana Gonçalves *et al.* **As cooperativas de crédito e suas particularidade frente as demais instituições financeiras.** Disponível em: < <http://sinescontabil.com.br/TI5-1periodo.pdf>. >. Acesso em: 21 jul 2013.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade.** 3. Ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Adequação da Evidenciação social das empresas de capital aberto no relatório da administração e notas explicativas as recomendações da NBC T 15.** Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/76>>. Acesso em: 15 jun13.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/BNDES\\_Transparente/R\\_Responsabilidade\\_Social\\_e\\_Ambiental/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/R_Responsabilidade_Social_e_Ambiental/)>. Acesso em: 23 jun13.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial.** 2001. 258 f. Tese (Doutorado em Administração) – Curso de Pós-graduação em Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04022002-105347/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jul 2013.

CAPAL, Cooperativa Agropecuária de Araxá. **Cooperativismo.** Disponível em: <[http://www.capal.com.br/ver/4\\_nossa-cooperativa](http://www.capal.com.br/ver/4_nossa-cooperativa)>. Acesso em 10 ago 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.003 de 19 de agosto de 2004, que aprova a NBCT – 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.** Disponível em: < [http://www.cfc.org.br/sisweb/ser/detalhes\\_sre](http://www.cfc.org.br/sisweb/ser/detalhes_sre)>. Acesso em: 24 jul 2013.

COELHO, José Martonio Alves. **Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm>>. Acesso em: 11 jul 2013.

COELHO, José Martonio Alves. Portal de Contabilidade – **Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.003 de 19.08.2004.** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res1003.htm>>. Acesso em 19 jul 13.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado – DVA- Um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários.** 2002. 207 f. Tese (Mestre em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04072006-110008/pt-br.php>> Acesso em: 13 out 2013.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração – eletrônica.** Disponível em: <[http://www.rausp.usp.br/Revista\\_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a6.pdf](http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a6.pdf)>. Acesso em: 13 out 2013.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade social empresarial e o meio ambiente**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DONATO, Juliane Oster; VIEIRA, Eusélio Pavaglio. **As alterações nas demonstrações contábeis das cooperativas de saúde a partir da normatização dos IFRS no Brasil**. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1669/AS%20ALTERA%20C3%87%20C3%95ES%20NAS%20DEMONSTRA%20C3%87%20C3%95ES%20CONT%20C3%81BEIS%20DAS%20COOPERATIVAS%20DE%20SAUDE%20A%20PARTIR%20DA%20NORMATIZA%20C3%87%20C3%83O%20DOS%20IFRS%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1>>. Acesso em 01 mar 2014.

ETHOS, Instituto de Empresas e Responsabilidade Social. **Introdução ao Balanço Social**. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/docs/conceitos\\_praticas/guia\\_relatorio/default.htm](http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm)>. Acesso em: 24 jul 2013.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3&sid=3>> Acesso em: 15 jul 2013.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade Social - Uma contribuição a gestão transformadora das organizações**. 4. Ed. – Petrópolis: Vozes, 2004.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço Social – Teoria e prática**. 1. Ed – São Paulo: Atlas, 2000.

KRUGER, Silvana D.; SCHUSSLER, Andrea M.; ALBERTON, Luis. **Evidenciação de informações sociais e ambientais**. Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/an\\_resumo.asp?cod\\_trabalho=431](http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=431)>. Acesso 15 jun 2013.

MACHADO, Márcia Reis. **As informações sociais e ambientais evidenciadas nos relatórios anuais das empresas: a percepção dos usuários**. 2010. 168 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29032011-184718/pt-br.php>>. Acesso em: 13 out 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Cooperativismo**. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%20C3%A7%20C3%B5es%20e%20M%20C3%ADdias/cooperativismo%20atualizada%202012.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%20C3%A7%20C3%B5es%20e%20M%20C3%ADdias/cooperativismo%20atualizada%202012.pdf)>. Acesso em 28 jul 2013.

MENDONÇA, Ricardo Rodrigues Silveira de. **As dimensões da responsabilidade social: uma proposta de instrumento para avaliação**. Disponível em: <[http://www.uniethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/AS%20DIMENS%20C3%95ES%20DA%20RESPONSABILIDADE%20SOCIAL\\_%20UMA%20PROPOSTA%20DE%20INSTRUMENTO%20PARA%20AVALIA%20C3%87%20C3%83O.pdf](http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/AS%20DIMENS%20C3%95ES%20DA%20RESPONSABILIDADE%20SOCIAL_%20UMA%20PROPOSTA%20DE%20INSTRUMENTO%20PARA%20AVALIA%20C3%87%20C3%83O.pdf)>. Acesso em 12 out 2013.

NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. 1. Ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, Raquel L. de; SILVA, Maria Helena. **Responsabilidade Socioambiental empresarial: um estudo de caso na indústria têxtil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/vn/av16n1.pdf>>. Acesso em 01 mar 2014.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ocb/institucional.asp>>. Acesso em 30 jul 2013.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Balço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151970772004000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151970772004000300002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 13 out 2013.

Resumo Sustentável. **O que é o Balço Social e quais os benefícios de sua utilização pelas organizações**. Disponível em: <<http://www.rumosustentavel.com.br/o-que-e-o-balanco-social-e-quais-os-beneficios-de-sua-utilizacao-pelas-organizacoes/>>. Acesso em: 21 jul 2013.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. 1998. 176 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Curso de Pós Graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04102007-142546/pt-br.php>>. Acesso em: 12 out 2013.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de Crédito – Instrumento de Organização Econômica da sociedade**. 1. Ed. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SILVA, Fabio Barbosa da. **A Tributação das cooperativas**. Disponível em: <<http://www.cpgls.ucg.br/ArquivosUpload/1/File/V%20MOSTRA%20DE%20PRODUO%20CIENTIFICA/DIREITO/14-.pdf>>. Acesso em 28 jul 2013.

SILVEIRA, Elen Duran da *et al.* **Uma análise da evidencição da responsabilidade social da Conab sob a perspectiva da NBCT15**. Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/an\\_resumo.asp?cod\\_trabalho=1134](http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=1134)>. Acesso em: 15 jul 2013

SIMANSKI, Rosa. **Empresas se rendem ao apelo verde**. Gazeta Mercantil, 8 jun. 2005, Caderno Responsabilidade Ambiental.

SISTEMA OCEPAR. **Princípios do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-44-19>>. Acesso em: 28 jul 2013.

SOUZA, Alzira Silva de. **Cooperativismo de Crédito: realidades e perspectivas**. Disponível em: <[http://cecremef.com.br/docs/cooperativismo\\_credito\\_realidade\\_perspectiva.pdf](http://cecremef.com.br/docs/cooperativismo_credito_realidade_perspectiva.pdf)>. Acesso em: 27 jul 2013.

SUAVE *et al.* **Evidencição Ambiental: Convergências e divergências em diferentes cenários de resultados segundo a NBC T 15**. Disponível em:



<[http://www.ead.fea.usp.br/semead/15semead/resultado/an\\_resumo.asp?cod\\_trabalho=743](http://www.ead.fea.usp.br/semead/15semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=743)>  
Acesso em: 21 jul 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

TEIXEIRA, Conceição de Moura Diniz; SILVA, Ana Paula Ferreira da; PEREIRA, Jairo. **Disclosure socioambiental conforme as orientações da NBCT – 15: um estudo realizado nas maiores empresas de capital aberto no Brasil**. Disponível em: <[http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm\\_3541.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3541.pdf)>. Acesso em: 24 jul de 2013.

TOLDO, Marisa. **Responsabilidade social empresarial**. Instituto Ethos. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002.

VIEIRA, Marli Terezinha; FARIA, Ana Cristina. **Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental**. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/142/101/>>. Acesso em: 23 jun13.

WOCCU – World Council of Credit Unions. Disponível em: <[www.woccu.org](http://www.woccu.org)>. Acesso em: 28 jul 2013.

ZANLUCA, Júlio César. Portal de Contabilidade – **Resolução Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/cooperativas.htm>> Acesso em: 22 jul 2013.

## APÊNDICE A – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

A empresa evidencia:	IC	II	IA
<p><b>Geração e Distribuição de Riqueza</b> A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado</p>			
<p><b>Recursos Humanos</b> Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:</p>			
a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;			
b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;			
c) gastos com encargos sociais;			
d) gastos com alimentação;			
e) gastos com transporte;			
f) gastos com previdência privada;			
g) gastos com saúde;			
h) gastos com segurança e medicina do trabalho;			
i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);			
j) gastos com cultura;			
k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;			
l) gastos com creches ou auxílio-creches;			
m) participações nos lucros ou resultados			
<p><b>Composição dos recursos humanos</b> Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:</p>			
a) total de empregados no final do exercício;			
b) total de admissões;			
c) total de demissões;			
d) total de estagiários no final do exercício;			
e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;			
f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;			
g) total de empregados por sexo;			
h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: Menores de 18 anos De 18 a 35 anos De 36 a 60 anos Acima de 60 anos			
i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos, com ensino fundamental, com ensino médio, com ensino técnico, com ensino superior e pós-graduado.			
j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.			

<p><b>Ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade</b></p> <p>Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:</p> <p>a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;</p>			
b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;			
c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;			
d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.			
<p><b>Interação da Entidade com o Ambiente Externo</b></p> <p>Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:</p> <p>a) educação, exceto a de caráter ambiental;</p>			
b) cultura;			
c) saúde e saneamento;			
d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;			
e) alimentação.			
<p><b>Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:</b></p> <p>a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;</p>			
b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;			
c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;			
d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;			
e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;			
f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.			
Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.			
<p><b>Interação com o Meio Ambiente</b></p> <p>Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:</p> <p>a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;</p>			
b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;			
c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;			
d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;			
e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;			
f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;			
g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria			

ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;			
h) passivos e contingências ambientais.			
TOTAL POR RESPOSTA			
TOTAL POR RESPOSTA MULTIPLICADA PELO PESO			
PONTUAÇÃO FINAL			

## APÊNDICE B – INFORMAÇÕES RETIRADAS DO RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE

A Cooperativa de Crédito estudada traz, em sua essência, a preocupação com a sustentabilidade. Mais do que uma associação de pessoas, as cooperativas de crédito são agentes que promovem o desenvolvimento das comunidades em que atuam, social e economicamente, e entendem a proteção e o respeito ao meio ambiente como questão fundamental para proporcionar a melhora na qualidade de vida dos seus associados. As demais instituições também atuam com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável, por meio de programas de educação para os associados, do atendimento às necessidades locais e da inclusão financeira.

### Geração e distribuição de riqueza

Distribuição do valor adicionado (em R\$ mil)	
Receita	5.123.438,86
Custos de operação	847.192,67
Remuneração e benefícios para empregados	1.153.364,73
Provedores de capital	101.362,62
Pagamentos para o governo	84.354,12
Investimentos na comunidade	1.911,82
Valor econômico direto gerado (valor econômico gerado menos o valor econômico distribuído)	671.427,18

A remuneração igualitária para homens e mulheres não é prevista por uma regra específica. Está relacionada à equidade de oportunidades de crescimento e ao desempenho de cada profissional.

### Benefícios

Além de outros benefícios, o pacote também cobre o auxílio-refeição e alimentação, disponibilizado por intermédio de créditos em cartão eletrônico. O valor do benefício é alinhado com o custo médio da cesta de alimentação e de restaurantes localizados nas regiões de atuação das cooperativas ligadas ao Sistema.

O pacote de benefícios é uma forma diferenciada de valorização e contribui para o bem-estar de seus colaboradores e de suas famílias. Entre os benefícios de maior representatividade está a previdência privada: com adesão voluntária, os colaboradores podem investir, dependendo das peculiaridades locais, até 6% de sua remuneração fixa em Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi). A Cooperativa de Crédito contribuirá com a mesma parcela em um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). Os aportes realizados são administrados em duas modalidades de investimento, renda fixa ou renda fixa e renda variável. As contribuições da instituição, provisionadas ao longo do período de vínculo com o colaborador, são liberadas integralmente no momento de sua aposentadoria ou de sua saída, após transcorridos dez anos de tempo de serviço. Até o fim de 2012, as reservas constituídas pela instituição somavam,

aproximadamente, R\$ 43 milhões, com cerca de 60% dos colaboradores elegíveis aderentes ao benefício.

Outro importante benefício oferecido no pacote é assistência médica e odontológica. Os planos contratados pelas cooperativas oferecem a maior rede de cobertura do País, o que inclui atendimento em hospitais de grande renome, consultas, exames, internações e procedimentos obstétricos. Conforme as características locais, os planos oferecidos cobrem internações em quartos privativos, além dos semiprivativos.

Por fim, ainda há outros benefícios que compõem o portfólio, tais como: auxílio-creche e auxílio para filho com deficiência a todos os colaboradores, utilizado para reembolsar despesas com creches, escolas especiais ou babás; complemento do auxílio-doença ou auxílio para acidentado, visando manter a renda usual do colaborador por 24 meses após o afastamento; e convênios firmados pelas cooperativas com estabelecimentos comerciais e instituições de ensino da região.

#### Educação corporativa

A educação corporativa foi estruturada com base nas crenças e nos valores do Sistema, visando à formação de profissionais integrados à cultura cooperativista, preparados para o desempenho de suas funções e detentores de seu autodesenvolvimento. É composta por diferentes níveis de formação, que levam em consideração o estágio de conhecimento do colaborador em relação à instituição e à função a ser desempenhada. Seus objetivos são: oferecer aos colaboradores um processo contínuo, crescente e cumulativo de aprendizagem, por meio de diferentes níveis de formação; possibilitar que os gestores planejem o desenvolvimento das pessoas de sua equipe e seus respectivos investimentos; maximizar os resultados do Sistema, desenvolvendo as competências necessárias para os colaboradores; estimular o autodesenvolvimento dos colaboradores para aprimorar conhecimentos relacionados à sua função; e garantir o processo de sucessão e o cumprimento das diretrizes estratégicas da instituição. Para assegurar a efetividade do processo, estimula que as atividades de aprendizagem combinem, sempre que possível, as modalidades de ensino a distância (cursos, suporte ao desempenho e gestão do conhecimento), presencial e experiência na prática, articulando-as de forma a proporcionar um aprendizado híbrido. Foram investidos R\$ 20 milhões em treinamento em 2012.

RESULTADO	2010	2011	2012
Receita intermediação financeira	3.088.528	4.351.468	4.958.145
Outras receitas operacionais	469.449	609.879	691.530
Despesas intermediação financeira	1.700.159	2.567.791	2.775.200
Outras despesas operacionais	1.560.260	1.897.146	2.235.353
Resultado não operacional	3.494	21.761	32.305
<b>SOBRAS*</b>	<b>301.052</b>	<b>518.171</b>	<b>671.427</b>

*\*As sobras não são integralmente distribuídas. Cada cooperativa gera suas sobras, que são direcionadas conforme estatuto e decisão assemblear.*

Numa cooperativa de crédito, o resultado é chamado de sobra/perda; em um banco, de lucro/prejuízo. Nas cooperativas as sobras são proporcionalmente distribuídas levando em conta o volume de operações que cada associado praticou durante o ano.

### Composição dos recursos humanos

São 15.355 colaboradores diretos, sendo 6.615 homens e 8.740 mulheres, 766 estagiários, 322 jovens aprendizes e 177 colaboradores com deficiência.

Em 2012, contratou-se 4.170 colaboradores, sendo 25% do sexo masculino e 29% do sexo feminino.

Número total e taxa de contratações de trabalhadores				
	2012		2012	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Total por gênero	1.643	2.527	25%	29%
<b>Total</b>	<b>4.170</b>		<b>27%</b>	

Número total e taxa de desligamentos de trabalhadores				
	2012		2012	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Total por gênero	1.031	1.269	16%	15%
<b>Total</b>	<b>2.300</b>		<b>15%</b>	

Percentual de colaboradores por faixa etária		
	HOMENS	MULHERES
Abaixo de 30 anos	24%	39%
Entre 30 e 50 anos	17%	18%
Acima de 50 anos	1%	1%

Em relação aos órgãos de governança, eles são formados por 369 diretores e 1.989 gerentes, dos quais 65% são homens e 35% são mulheres.

### Informações relativas à interação com o ambiente externo

O Programa União Faz a Vida tem como objetivo construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes em âmbito nacional. Para participar, as prefeituras, por meio das Secretarias de Educação, devem entrar em contato com a cooperativa da cidade. As principais práticas da metodologia do Programa A União Faz a Vida são: • expedição investigativa; • trabalho com projetos; • comunidade de aprendizagem; • envolvimento com o currículo; • assembleia.

Em 2012, foram investidos R\$ 4.172.198,98 no Programa. Participaram da iniciativa 38 cooperativas, 13.511 educadores e 157.978 crianças e adolescentes. Mais de 5 mil boas perguntas nortearam milhares de expedições investigativas, que despertaram a curiosidade dos alunos.

#### Programas culturais

A Fundação é responsável por diversas iniciativas de cunho cultural. Uma delas é o Centro de Informação e Memória, criado para preservar a memória corporativa da Cooperativa de Crédito. As informações podem ser consultadas no site em que estão divididas em: Memória (arquivo de documentos e imagens), Trajetória (relatos que contam a história da Cooperativa) e Biblioteca (acervo de mais de 11 mil itens, entre livros, publicações periódicas, CDs e DVDs). A Fundação promoveu também duas peças de teatro, que abordam temas como a importância de poupar, os riscos do consumismo e o respeito ao próximo. Rir e Poupar, É só Começar é para o público adulto, e Zum, Zum, Zum, Poupa mais um, para crianças, com estreia prevista para 2013. As peças teatrais contam com apoio do Ministério da Cultura, por meio da Lei Rouanet.

#### Incentivo ao esporte

O marketing esportivo é um instrumento de incentivo à profissionalização do esporte, à geração de emprego e à melhoria da saúde e da qualidade de vida da sociedade. A instituição patrocina a atleta Tatiele de Carvalho, integrante da equipe Running. Tatiele obteve o sexto lugar e o melhor desempenho entre as atletas brasileiras na tradicional Corrida Internacional de São Silvestre, realizada em São Paulo, em dezembro de 2012. Patrocina ainda a Associação Carlos Barbosa de Futsal (ACBF), equipe tetracampeã da Liga Nacional e único time brasileiro da modalidade a conquistar o campeonato mundial, em 2012. Por meio das seguradoras parceiras da Corretora de Seguros – Icatu e Mapfre – também patrocina a equipe Racing, bicampeã do Mercedes-Benz Grand Challenge. Os patrocínios corporativos foram renovados para a temporada 2013. Localmente, as cooperativas também apoiam ações esportivas.

#### **Informações relativas à interação com os clientes**

A Cooperativa preocupa-se em atender às exigências do PROCON, como a utilização de fontes em tamanho-padrão nos contratos e textos legais. O relacionamento com o associado é considerado em primeiro lugar, porque, mais do que clientes, eles são donos e participam da gestão de suas cooperativas.

Em 2013, o atendimento contará com um sistema informatizado para que as cooperativas e demais áreas de negócios possam acompanhar, 24 horas após a reclamação, as demandas registradas sobre sua atuação. Também está previsto criar um segundo nível de atendimento do SAC, para que demandas operacionais possam ser tratadas mais rapidamente. O tempo para responder às reclamações é definido em legislação ou normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central e em normas internas, conforme o tipo de serviço.

#### Fornecedores

As contratações de fornecedores são pautadas nos valores do Sicredi e em suas políticas de compras e de sustentabilidade. Assim, as decisões de compras e contratação de bens e



serviços devem obedecer a critérios socioambientais definidos. Entre as exigências estão a não utilização de trabalho infantil e trabalho escravo.

Informações relativas a interação com o meio ambiente

Ecoeficiência e TI Verde

Com o objetivo de gerar valor com menor impacto ambiental, o Centro Administrativo (CAS), em Porto Alegre (RS), adota diversas ações de ecoeficiência, como otimização de processos, inovações tecnológicas e economia no uso de recursos naturais e materiais. Entre as iniciativas, destaca-se o alinhamento de ações antes isoladas, como aproveitamento de água da chuva, substituição de torneiras, uso de lâmpadas LED em locais de trabalho 24h e implantação de um sistema de medição de consumo e cálculo dinâmico de valores de PUE (Power Usage Effectiveness) e DCiE (Data Center Infrastructure Efficiency), que representam o quanto de energia é utilizada no datacenter em relação à quantidade de energia utilizada pelos equipamentos/servidores, além da implantação de um sistema de compostagem. Também foi adquirido um software para a gestão da ecoeficiência, que será utilizado a partir de 2013. Estão em andamento estudos para avaliar as possibilidades de utilizar métodos mais econômicos e sustentáveis, como o Free Cooling – ou resfriamento gratuito –, para climatização. Trata-se de uma técnica que explora as diferenças entre o ar fresco do ambiente externo e o ar do ambiente interno, para resfriamento. Outras iniciativas são a execução de cálculos que medem a redução de consumo energético em função da troca das luminárias e uma estimativa de redução do consumo pela massiva utilização de virtualização de servidores – um processo que, por meio do compartilhamento de hardware, permite a execução de inúmeros sistemas operacionais em um único computador. A fim de elevar a eficiência energética, foi contratada uma consultoria especializada em construção e manutenção de datacenters. Os resultados serão medidos a partir do levantamento de indicadores para este relato. As principais boas práticas ambientais já adotadas no CAS são:

- Coleta seletiva: por meio da coleta seletiva, os lixos orgânico e reciclável têm destinação adequada, sendo órgão público e reciclagem, respectivamente.
- Compostagem de resíduos orgânicos: trata-se da decomposição dos resíduos por ação de micro-organismos, poupando custos ambientais e econômicos de transporte para aterros. No local destinado à compostagem são misturados resíduos de podas de jardinagem, borra de café e de erva-mate – estes últimos, recolhidos das lixeiras especiais implantadas nas copas dos escritórios, fornecendo, depois de curtido, adubo para utilização na jardinagem do CAS.
- Descarte de lâmpadas fluorescentes: as lâmpadas fluorescentes usadas, por conterem mercúrio, passam por um processo de descontaminação e são destinadas corretamente, sem emitir líquidos contaminados ao meio ambiente. A coleta é feita por empresa especializada.
- Coletores de pilha: há dois coletores instalados para o descarte de pilhas e baterias, que são destinadas ao descarte correto.
- Vasos sanitários e mictórios: utilizam somente água de poço artesiano.
- Água da chuva: sistema de coleta, abastecimento e fornecimento de água para o sistema de irrigação, sem a necessidade de água tratada.
- Custos e cuidados com energia: redução da iluminação nos estacionamentos e áreas de circulação em horários especiais, como à noite e nos fins de semana.

- Uso de copos e xícaras: para diminuir o consumo de materiais e a geração de resíduos, foram eliminados os copos plásticos nas copas e disponibilizadas canecas personalizadas para água e xícaras para café, além da eliminação de bambu nas de água, que foram substituídas por equipamentos purificadores de água certificados.
- Monitores: foram substituídos por equipamentos LCD/LED. Ao todo, 1.605 monitores foram trocados. Para 2013, está prevista a substituição de outros 1.733.

#### Recuperação de nascentes

A fim de recuperar nascentes e preservar os cursos da água das sub-bacias dos rios que estão em propriedades de associados no Sul MT, foi criado um programa específico. A ideia é buscar parceiros – empresas ligadas ao agronegócio – para implantar o projeto. Inicialmente, um técnico da Cooperativa Sul MT visitará a propriedade do associado. Depois, será elaborado um projeto e, por fim, será feita a busca de parceiros para custear sua implantação. O custo final do projeto será dividido entre a Cooperativa (50%) e o associado (50%).

## **ANEXO A - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

### **NBC T 15 - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL**

#### **15.1 - CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS**

15.1.1- Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 - Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 - A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

#### **15.2 - INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS**

##### **15.2.1 - Geração e Distribuição de Riqueza**

15.2.1.1 - A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

##### **15.2.2 - Recursos Humanos**

15.2.2.1 - Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 - Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

- a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;

- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;
- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- l) gastos com creches ou auxílio-creches;
- m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 - Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 - Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;
- d) total de estagiários no final do exercício;
- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:
  - menores de 18 anos
  - de 18 a 35 anos
  - de 36 a 60 anos
  - acima de 60 anos
- i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:
  - analfabetos
  - com ensino fundamental
  - com ensino médio
  - com ensino técnico
  - com ensino superior
  - pós-graduados
- j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 - Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 - Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

### 15.2.3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 - Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 - Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 - Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 - Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

### 15.2.4 - Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 - Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

## 15.3 - DISPOSIÇÕES FINAIS

15.3.1 - Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

15.3.2 - As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

15.3.3 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO

Presidente do Conselho